



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE 05 (CINCO) POÇOS TUBULARES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, ANEXO I, MEMORIAL DESCRITIVO, ANEXO VI E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ANEXO VII DESTE INSTRUMENTO.

Observação: As formalizações de consultas e cópia do Edital encontram-se:

Na CPL – Comissão Permanente de Licitações do SAAE:

Situada na Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância (SE), Fone: (79) 3522-1204, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site do SAAE: www.saae.estancia.se.gov.br site do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SE): www.tce.se.gov.br, site da Prefeitura Municipal de Estância/SE, Diário Oficial do Estado de Sergipe: www.segrase.se.gov.br e Diário Oficial do Município: www.estancia.se.gov.br

1. DA LICITAÇÃO

1.1 O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Municipal, com sede na Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância/SE, CEP: 49.200-000, inscrito no CNPJ n: 13.259.692/0001-39, Inscrição Estadual nº 27.112.090-8, através da Comissão Permanente de Licitações designada pela Portaria nº 70 de 05 de junho de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018**, Processo Administrativo nº. 2018.06.004, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA empreitada por PREÇO GLOBAL.

1.2 A presente Licitação será regida em conformidade com os preceitos de direito público e em especial as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela LC nº 147/2014) e será regido pelas condições estabelecidas no presente termo e nos seus anexos.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE 05 (CINCO) POÇOS TUBULARES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE**, conforme

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

especificações constantes no Projeto Básico, Anexo I, deste Edital, atendendo a Solicitação da Diretoria Técnica.

2.2 - As **obras/serviços** objeto desta licitação deverão ser executados observando as determinações estabelecidas pela **ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas** e cumprir fielmente o memorial descritivo e as especificações técnicas, que fazem parte integrante deste Edital.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 É notório o crescimento populacional em Estância/SE, vários empreendimentos imobiliários vem sendo implantados em diversas direções da cidade, ocorre que os sistemas de abastecimentos não tem crescido na mesma proporção, estão obsoletos e insuficientes para atender a nova demanda, logo, em vários pontos da cidade, a exemplo das áreas de intervenção o sistema não consegue manter o fornecimento em tempo integral, o desabastecimento é uma realidade que tem crescido e ceifado a possibilidade de novas edificações individual e coletivas nestas localidades. Visando a otimização do sistema de cada dessas localidades citadas, o Município então, resolve investir em adução para impedir o colapso do processo, culminando má qualidade na prestação de serviço e a escassez por falta de investimento no setor. Dessa forma, de acordo com a realidade dessa Autarquia, faz-se necessária à **PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES** para posteriormente implantar a rede de abastecimento de água para a redução do deficit hídrico com vistas a oferecer às comunidades condições essenciais à manutenção da vida, através da oferta de água tratada disponível em todas as estações do ano.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas com o objeto da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

- A) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01
- B) ÓRGÃO: 06
- C) ATIVIDADE: 1079
- D) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.512.0003.1079
- E) CLASSE ECONÔMICA: 4.4.90.51.00
- F) SUBELEMENTO: 03 – Obras e/ou edificações para uso comum do povo
- G) FONTE DE RECURSO: 0100.100
- H) SALDO ORÇAMENTÁRIO: 200.000,00

5. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

5.1 A sessão pública desta Tomada de Preços será aberta por comando da Presidente da CPL, na data, horário e localização abaixo discriminados:

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 15/05/2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/05/2018 às 09:00 hs – Horário Local.

ENDEREÇO DO SAAE/ESTÂNCIA: Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância (SE).

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

5.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que haja comunicação da Presidente da CPL.

6. DOS ANEXOS – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 6.1 Anexo I – Projeto Básico;
- 6.2 Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
- 6.3 Anexo III – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- 6.4 Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato;
- 6.5 Anexo V - Modelo de Procuração;
- 6.6 Anexo VI – Memorial descritivo;
- 6.7 Anexo VII - Especificações Técnicas;

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar deste certame os interessados do ramo pertinente ao objeto **devidamente cadastrados**, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Edital para a execução do seu objeto e cumprir todas as legislações aplicáveis.

7.2 – Será admitida a participação de em presas em consócio, desde que devidamente observada as normas constantes no art. 33 da Lei nº 8.666/93;

7.2.1 – A empresa consorciada está impedida de participar nesta mesma licitação através de mais de um consócio ou isoladamente;

7.3 – Não poderão participar deste Certame:

- a) O autor de projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- b) Empresa, isoladamente ou em consócio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital integralizado com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) Empresas Punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o município de Estância - Sergipe;
- d) Empresas impedidas de contratar com a Administração Pública;
- e) Empresas declaradas idôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- f) empresas que possuam restrições quanto à sua capacidade técnica ou operacional, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira, regularidade fiscal e trabalhista;
- g) empresas que estiverem sob regime de concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- h) pessoas jurídicas das quais participem dirigentes ou servidores Municipais, conforme o art. 9º,III, da Lei nº 8.666/93.

7.4 – O licitante poderá acompanhar os atos públicos da licitação, neles manifestar-se, solicitar esclarecimentos, consignar em ata o que lhe convier, bem como apresentar as impugnações e interpor os recursos previstos em lei;

7.5 - Os interessados que não atenderem as exigências referente a representatividade para participação no certame não poderão se manifestar resguardando apenas o direito de acompanhar os atos públicos da

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

licitação.

7.7 - No envelope A – Credencial - o licitante deverá inserir habilitação do representante, ou seja, procuração dando-lhe plenos poderes para participar da licitação, e caso seja titular da empresa deverá apresentar documento que comprove sua capacitação para representá-la.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS

8.1 - Todos os documentos exigidos neste certame poderão ser apresentados em **original**, por qualquer processo de **cópia autenticada, publicação** em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de **cópia simples**, a ser **autenticada** por um integrante da CPL, mediante **conferência** com os **originais**. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

8.2 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente.

8.3 - À CPL reserva-se o direito de solicitar do licitante, a qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

8.4 - A falta de qualquer dos documentos exigidos neste instrumento, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela CPL.

8.5 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço, referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

9.1 - A documentação referente à credencial, a habilitação e a proposta financeira deverão ser entregues no local indicado, na data e horário fixados para o recebimento, em (03) três envelopes – **A, B e C** – separados.

9.2 O envelope A não necessita estar lacrado. Os envelopes B e C deverão estar fechados, lacrados e identificado na face externa da seguinte forma:

Envelope A - Credencial

Licitante: (nome da empresa interessada em participar da licitação)

Tomada de Preços nº. 01/2018

Envelope B - Documentos de Habilitação

Licitante: (nome da empresa interessada em participar da licitação)

Tomada de Preços nº. 01/2018

Envelope C - Proposta Comercial

Licitante: (nome da empresa interessada em participar da licitação)

Tomada de Preços nº. 01/2018

10. DA CREDENCIAL – ENVELOPE A

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

10.1 Para fins de credenciamento do representante da empresa, deverá ser apresentado no **envelope A** os seguintes documentos:

- a) Quando representada pelo **titular/sócio** da empresa: **registro comercial ou contrato social ou estatuto social, acompanhado da cópia do RG e CPF do sócio/empresário.**
- b) Quando representada por **Procurador**: instrumento de procuração que lhe confira poderes para participar do certame, podendo abdicar dos prazos recursais, conforme modelo, Anexo V, acompanhado da cópia do RG e CPF do outorgante e outorgado e registro comercial ou contrato social ou estatuto social da licitante para vincular o outorgante da proposta a empresa.
- c) As empresas consideradas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme incisos I e II do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, **deverão apresentar Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ambos emitidos pela Junta Comercial referente ao exercício de 2018.**

11. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE B

11.1 Para fins de habilitação os licitantes deverão apresentar as seguintes documentações:

11.1.1 - DECLARAÇÕES

- a) Declaração de **Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação**, na forma do § 2º, do art. 32, da Lei nº. 8.666/93, alterado pela Lei nº. 9.648/98, nos termos abaixo:

DECLARAÇÃO

Tomada de Preços n.º 01/2018

(nome da empresa) _____, CNPJ n.º. _____, sediada à (endereço completo), declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

(assinatura do representante legal)

- b) Declaração, em cumprimento ao Decreto nº. 4.358/02, de **não utilização de mão-de-obra infantil**, nos termos abaixo:

DECLARAÇÃO

Tomada de Preços n.º 01/2018

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ n.º. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º. _____, órgão

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

expedidor _____, e do CPF nº. _____ **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ()

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data

(assinatura do representante legal)

c) Declaração de **Responsabilidade Ambiental**, nos termos abaixo:

DECLARAÇÃO

Tomada de Preços n.º 01/2018

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, (órgão expedidor), CPF nº. _____, **DECLARA** para os devidos fins de direito que conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal; que tem conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio ambiente do local e região onde se realizarão as obras/serviços objeto desta licitação; que assume a responsabilidade de obediência à legislação e pelos órgãos específicos de controle ambiental; que caso seja vencedor da licitação se responsabiliza pela elaboração do relatório de impacto de meio ambiente, a solicitação do atestado de sua liberação, atendimento aos demais requisitos necessários à regulamentação das obras/serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, **caso seja isso necessário.**

Declara, também, que assume toda a responsabilidade por danos e ônus, que venham a ser associados às obras/serviços licitados, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

Local e data

(assinatura do representante legal)

11.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações posteriores se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cópia do RG e CPF do representante legal da Empresa.

11.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, atualizada, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contabilista Registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c) A boa situação financeira, a que se refere a alínea acima, estará comprovada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), os quais deverão ser calculados na forma que segue obedecendo aos seguintes parâmetros:

Liquidez Geral

A) $LG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}} = \text{igual ou maior que } 1,0$

Liquidez Corrente

B) $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{igual ou maior que } 1,0$

Solvência Geral

C) $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} = \text{igual ou maior que } 1,0$



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

11.3.1 - Empresas constituídas em tempo menor que 01 (um) ano poderão participar da licitação apresentando Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial da sede da licitante.

11.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas: **Federal** (através de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, da sede do licitante ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangente as Contribuições Sociais e Previdenciárias previstas na nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991); **Estadual** ou do Distrito Federal e **Municipal** do domicílio/sede do licitante.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em cumprimento do disposto no art. 3º da Lei nº. 12.440, de 7 de julho de 2011, disponível no link [HTTP://www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

11.4.1 - Certificado de Registro Cadastral - CRC junto ao Município de Estância válido na data da abertura do certame, sob pena de inabilitação. É facultada a apresentação Certificado de Registro Cadastral de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, nos termos do artigo 34, § 2º da Lei n.º 8.666/93.

11.4.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.4.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4.4 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

11.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – **CREA**, em nome da licitante, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a **área de atuação compatível com a execução da obra objeto do Edital**, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante.

11.5.2 - As certidões de registro no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

11.5.3 - Pelo menos 01 (um) atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, onde fique **comprovado que a licitante executou obra(s) com características técnicas compatíveis com o objeto da licitação**; sendo que deverão ser apresentados pelo menos 01 (um) para comprovação de capacidade para execução do serviço de perfuração de poços.

11.5.4 - Pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, **em nome de profissional de nível superior, Engenheiro de minas ou geólogo, legalmente habilitado**, integrante do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada responsabilidade técnica na execução de obra(s) com características técnicas compatíveis com as do objeto da presente licitação;

11.5.5 - Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional do quadro permanente da licitante.

11.5.6 - A responsabilidade técnica exigida nos atestados deverá ser compatível, com características e especificações iguais ou similares ao objeto da licitação.

11.5.7 - O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao subitem anterior deverá(ão) participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução da obra.

11.5.8 - Certidão de registro de pessoa física no CREA, em nome de cada profissional detentor de atestado apresentado em atendimento ao subitem 11.5.4, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional.

11.5.9 - Esta certidão será dispensada no caso do nome do profissional constar da certidão apresentada em atendimento ao subitem 11.5.1 e, no caso de certidões emitidas pela internet, deverão observar o previsto no subitem 11.5.2.

11.5.10 - Apresentar a indicação do profissional de nível superior como responsável técnico da obra com sua devida qualificação, devendo constar na **indicação** a assinatura do representante legal da empresa e do indicado (engenheiro de minas ou geólogo com registro no CREA), **COMPROVANDO A SUA ACEITAÇÃO COMO TÉCNICO DA OBRA**.

11.5.11 - A substituição do responsável técnico durante a execução do contrato só será possível, por profissional, no mínimo, igualmente qualificado, **mediante a expressa aprovação da fiscalização da CONTRATANTE**.

11.5.12 - Comprovante de que cada profissional a que se refere o subitem integra o quadro permanente da licitante.

11.5.13 - Será considerado integrante do quadro permanente da licitante o profissional que for sócio, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA. A comprovação

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

de que integra o quadro permanente da licitante será feita: caso sócio, através do contrato social e sua última alteração; caso empregado permanente da empresa, através do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria; e, caso responsável técnico, pela certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

11.5.14 - A empresa vencedora deverá elaborar projeto para o licenciamento e outorga dos poços e também antes da execução da obra instalar placa de obra, conforme especificações técnicas, Anexo VII.

12. DAS PROPOSTAS – ENVELOPE C

12.1- A proposta deverá ser elaborada em língua portuguesa, **em papel timbrado, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas**, devidamente assinada na última folha pelo representante legal da empresa e rubricadas as demais folhas e apresentada de acordo com a especificação constantes do Projeto Básico, Anexo I, e Modelo de Proposta, Anexo II, deste Instrumento, e conter, ainda, os seguintes dados:

- a) prazo de validade de no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea; Podendo a mesma constar prazo superior, que prevalecerá.
- b) preço unitário e total para o objeto licitado, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;
- c) Indicar o prazo para a execução do objeto desta licitação, que não poderá ser superior ao especificado em cada lote.
- d) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** (INSTRUÇÃO NORMATIVA/PME N.º 01/2011), conforme modelo previsto no **Anexo III** deste Instrumento.

12.1.1 - expressar em reais (R\$) os valores monetários;

12.1.2 - apresentar os quantitativos e resultados de todas as operações;

12.2 - A apresentação das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Instrumento e seus anexos.

12.3 - A **Proposta de preços** deverá ser elaborada em conformidade com o modelo de proposta financeira, **Anexo II**, do Instrumento e observando as exigências contidas nas alíneas do inciso 12.1, sob pena de desclassificação.

12.4 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo das propostas inicialmente apresentadas, não sendo aceita qualquer manifestação posterior de erro ou omissão por parte do licitante ou seu preposto.

12.5 - O preço global ofertado para a execução do objeto da licitação, deverá ser mencionado preferencialmente em algarismo e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência entre ambos.

12.6 - A existência de emendas ou rasuras na proposta de preço, implicará em desclassificação do proponente, da seguinte forma:

12.7- Na licitação **por menor preço global por lote**, emendas ou rasuras e erros nos valores desclassificará a proposta apresentada;



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

12.8 - Somente será aceita a proposta assinada pelo representante legal da Empresa, podendo o mesmo participar do certame pessoalmente ou através de representante devidamente credenciado (com procuração outorgando poderes para praticar tal ato) do Certame Licitatório.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço global por lote**, ofertado para o objeto da licitação.

13.2 - A Comissão examinará, em primeiro lugar, se a proposta está de acordo com as disposições do Instrumento Convocatório, **Projeto Básico, Anexo I, e modelo de proposta, Anexo II.**

13.3 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste instrumento e seus anexos, bem como aquelas que apresentarem preços **excessivos** ou manifestamente **inexeqüíveis**, consoante rege a Lei nº. 8.666/93. Devendo ser observado as seguintes orientações:

- a) Será considerado inexeqüível o preço cotado de valor irrisório ou simbólico.
 - a.1) Quando a empresa habilitada tiver sua proposta considerada inexeqüível, deverá a mesma apresentar demonstração de sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação, conforme disposição do artigo 48, II, da Lei nº. 8.666/93.
- b) Será considerado excessivo o preço apresentado em desconformidade com os estipulados dentro dos preços apresentados no mercado e acima do valor estimado para contratação, constante no Projeto Básico, Anexo I deste Instrumento.

13.4 - A critério da Administração, no caso de desclassificação de todas as propostas, poderão ser convocados os participantes para, **no prazo de 8 (oito) dias úteis**, apresentarem novas ofertas, em obediência ao disposto no § 3º, do artigo 48, da Lei nº. 8.666/93.

13.5 - Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Termo e seus Anexos e ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ofertado para o objeto da licitação.**

13.6 - O critério de aceitabilidade adotado pela Comissão Permanente de Licitação para julgamento das propostas é o **menor preço global**, ou seja, será considerado vencedor quem ofertar o menor preço para cada lote especificado no Anexo I, deste Edital.

13.7 - No processo licitatório, será assegurado como critério de desempate a preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, conforme determina a Lei Complementar nº. 123/2006.

13.8 - No caso de igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços, no qual não possa ser utilizado o critério da Lei Complementar nº. 123/2006, como critério de desempate, aplicar-se-á o disposto no § 2º, art. 3º, da Lei nº. 8.666/93.

13.8.1 - Persistindo o empate, será realizado sorteio para a escolha do vencedor, na presença dos licitantes interessados, conforme estabelece o § 2º, do art. 45, da Lei nº. 8.666/93.

13.9 - Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista neste Instrumento.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

13.10 - A Comissão Permanente de Licitação após proceder ao julgamento da presente licitação, submeterá o seu resultado à apreciação e consideração do departamento solicitante e posterior análise do Diretor Superintendente do SAAE, com vistas à homologação e adjudicação do objeto licitado.

13.11 - De acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento anterior ou posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária através de despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a entrega da “Nota de Empenho”, sem que caiba direito à mesma indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis.

13.12 - A decisão da Comissão somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Departamento Técnico e ratificada pelo Diretor Superintendente do SAAE.

14. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DAS GARANTIAS

14.1 - A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura do Termo Contratual, conforme modelo, Anexo IV, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

14.2 - A empresa vencedora do certame será convocada, formalmente, para assinar o instrumento contratual, devendo ser assinado por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito, **o prazo de 05 (cinco) dias**, contados da convocação.

14.3 - É facultado a **CONTRATANTE**, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, não apresentar situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual ou ainda, recusar-se a assinar o mesmo injustificadamente, convocar as demais licitantes classificados, se houver, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

14.4 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **SAAE**.

14.5 - Na assinatura do instrumento contratual e quando da realização do pagamento, poderão ser exigidas a apresentação das certidões atualizadas e a comprovação das condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante toda a vigência do instrumento contratual.

14.6 – A **CONTRATADA** deverá comprovar a **GARANTIA CONTRATUAL no valor de 3% (três por cento) sobre o valor global do contrato, no ato da assinatura do contrato.**

14.7 – O recolhimento da garantia contratual deverá ser realizado nos termos do artigo 56, da Lei nº. 8.666/93, tudo na forma da legislação em vigor para cada modalidade de garantia, tendo como validade mínima o prazo de execução contratual acrescido de mais 60 (sessenta) dias corridos.

14.8 - A garantia para execução do contrato será levantada, mediante requerimento escrito da **CONTRATADA** dirigido ao **Departamento Financeiro e Contábil do SAAE**, em até 30 (trinta) dias contados da data do Termo de Recebimento definitivo da obra, mediante comprovação de quitação para com o FGTS, INSS de todos os projetos elaborados pela **CONTRATADA**, em CD (desenhos, especificações, memoriais descritivos e de cálculos dos projetos complementares) e em 01 (uma) via impressa, assinadas pelos projetistas e com cópia da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA, descontadas as multas ou quaisquer débitos porventura existentes da **CONTRATADA** para com o **CONTRATANTE**.

14.9 - A **garantia efetuada em moeda corrente será depositada na conta do SAAE aberta especificamente para este fim e será vinculada ao contrato.**

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

14.10 – No caso de rescisão, a devolução da garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento do § 2º, do artigo 79, da Lei nº. 8.666/93.

15. DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - O prazo de vigência contratual, incluso a mobilização será de até **04 (quatro) meses**, contados da data de assinatura do respectivo contrato.

15.2 - A critério, exclusivo, do SAAE, o prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração.

15.3 - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para melhor adequação da necessidade do SAAE, observando as disposições do artigo 65, da Lei nº. 8.666/93.

15.3.1 - As alterações deverão ser efetuadas mediante termo aditivo específico, obedecendo os critérios e requisitos da Lei n.º 8.666/93.

15.3.1.1 - Os serviços acrescidos ou suprimidos e que constem na proposta inicial serão acertados pelo valor da mesma, já os serviços não contidos na proposta inicial deverão ser acertados com base na tabela da ORSE/CEHOP.

15.4 - No caso de pedido de revisão de preço para reequilíbrio econômico-financeiro a empresa deverá apresentar as alterações ocorridas na PLANILHA DE CUSTOS apresentada na data da elaboração da proposta inicial, demonstrar a nova composição do preço, comprovar e justificar as alterações ocorridas.

15.4.1 - O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro só será acatado se for devidamente comprovado e fundamentado nos requisitos legais constantes no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº. 8.666/93.

15.5 - O reajuste do preço só poderá ser repassado ao **CONTRATADO** após formalização do pedido de revisão de preço e efetiva formalização do processo de alteração contratual.

16. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

16.1 O Departamento Técnico entrará em contato com a empresa vencedora conforme sua necessidade, emitindo a **Ordem de Serviço** para que a mesma inicie os serviços pactuados.

16.2 - O prazo para iniciar a execução dos serviços, após formalizada a solicitação, não deverá ser superior a **05 (cinco) dias úteis**.

16.3 - A falta do material, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do serviço objeto desta licitação e não eximirá a prestadora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

16.4 - O prazo para execução da obra será de **03 (três) meses**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízos das penalidades e multas previstas na Lei nº. 8.666/93, neste termo e no instrumento contratual, devendo a parte faltosa arcar com todo o ônus, inclusive os judiciais decorrentes da infração.

17.2 - O presente termo poderá ser rescindido de acordo com as alíneas abaixo, sendo registrado nos autos do processo assegurando o contraditório e a ampla defesa, obedecendo especialmente ao disposto nos artigos **78, 79 e 80** da Lei Federal de Licitações:

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

I - Unilateralmente, por ato escrito da Administração, nos casos abaixo enumerados:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- b) A inexecução parcial ou total das cláusulas contratuais, ou apresentar a execução de forma irregular à apresentada na proposta;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato;
- d) Atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Instrumento ou no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h) A declaração de falência, insolvência, falecimento do representante da CONTRATADA ou modificação no quando de sócios da empresa que resulte o impedimento da prestação do serviço;
- i) Razões de interesse público e de alta relevância determinada pela autoridade máxima da esfera administrativa;
- j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação;

IV - Quando houver supressão superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato;

V - Quando ocorrer atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos devidos pela Administração;

VI - quando houver suspensão da execução do contrato por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos especificados no inciso XIV, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

18. DAS SANÇÕES

18.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, que se encontram indicadas abaixo:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - multa:

- a) de **0,5 % (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso na entrega da obra, calculada sobre o valor total das etapas não concluídas até o término do prazo de execução, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
- b) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- c) de **0,2 % (zero vírgula dois por cento)** sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nos itens I e II, aplicada em dobro na reincidência;
- d) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da CONTRATADA, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- e) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.

III - suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até **2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e da forma abaixo especificada:

- a) **06 (seis) meses** - pelo atraso superior a 20 (vinte) dias do prazo estipulado para entrega da obra;
- b) **01 (hum) ano** - fraudar ou falhar na execução do contrato;
- c) **01 (hum) ano e 06 (seis) meses** - não assinar o contrato ou não retirar o documento equivalente no prazo estipulado neste termo e/ou a não entrega da obra, **caracterizada em 30 (trinta) dias** após o vencimento do prazo de entrega da obra;
- d) **02 (dois) anos** - quando caracterizada a reincidência na prática das inadimplências e/ou o descumprimento cumulado de mais de uma das condutas acima especificadas.

IV - declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

18.2 - As multas estabelecidas no subitem anterior, podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a **30% (trinta por cento) do valor contratado**, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

18.3 - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei. **O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.**

18.4 - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.

18.5 - No caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até **2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.6 - No caso de declaração de inidoneidade de licitar é de competência exclusiva do SAAE, órgão responsável pela gestão do contrato, conforme o caso, facultado a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois) anos** da sua aplicação.

19. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

19.1 - Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do contrato, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.

Parágrafo Único – A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada em jornal de circulação no município e fixado no quadro de avisos do escritório do SAAE.

19.2 - Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas**, após o recebimento da notificação, a CPL instaurará processo administrativo punitivo.

19.3 - O departamento responsável pelo objeto da licitação encaminhará cópias dos documentos abaixo, conforme a situação, da seguinte forma:

I – ofício dirigido a CPL relatando a(s) ocorrência(s), as providências adotadas e os prejuízos causados à Autarquia pela inadimplência contratual;

II – termo de recebimento de materiais ou termo de recebimento ou acompanhamento de serviços;

III – nota de empenho ou instrumento equivalente;

IV – parecer fundamentado, emitido pelo agente público responsável pela gestão do contrato à CPL.

V – notificação da ocorrência encaminhada ou dado conhecimento a CONTRATADA;

VI - documentos que comprovem o descumprimento da obrigação assumida, tais como:

a) nota fiscal, contendo o atesto de recebimento;

b) notificações não atendidas; ou

c) laudo de inspeção, relatório de acompanhamento ou de recebimento e parecer técnico, emitidos pelos responsáveis pelo recebimento ou gestão e fiscalização do contrato.

VII - documentos enviados pelo contratado relativo à(s) ocorrência(s);

VIII - Cópia do AR ou publicação em jornal de circulação e fixação no quadro de avisos do SAAE.

19.4 - A CPL notificará a CONTRATADA quanto da instauração de processo administrativo punitivo, pelo inadimplemento contratual, através de aviso de recebimento – AR, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicação em jornal de grande circulação e fixação no quadro de avisos do SAAE, quando começará a contar o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação de defesa prévia.

19.5 - Não acolhidas as razões de defesa prévia apresentadas pela CONTRATADA, ou, em sua ausência, situação em que será presumida a sua concordância, com os fatos apontados, a CPL emitirá parecer conclusivo sugerindo as penalidades a serem aplicadas, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, no Edital e no Termo Contratual.

19.6 - Acolhido o parecer da CPL pelo Diretor Superintendente do SAAE, este, através de portaria, aplicará a penalidade a CONTRATADA pelo descumprimento contratual, com notificação obrigatória enviada através dos Correios, publicação em jornal de circulação no município e fixação no quadro de avisos do SAAE.

19.7 - Para qualquer penalidade caberá recurso, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93.

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

19.8 - Interposto recurso ou pedido de reconsideração na forma do item anterior, o processo será instruído pela CPL e submetidos à Assessoria Jurídica do SAAE para emissão de parecer, após o que, homologado pelo Diretor Superintendente, deverá ser publicado em jornal de grande circulação e fixação no quadro de avisos do SAAE de Estância.

20. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

20.1 - DEVERES DA CONTRATADA:

20.1.1 - Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA:

- a) manter durante todo o período de execução do contrato, situação regular da empresa e dos profissionais envolvidos na obra perante o CREA;
- b) promover a anotação, registro, aprovação, licenças, matrícula da obra no INSS e outras exigências dos órgãos competentes com relação ao Projeto e à obra, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
- c) Fornecer a relação da equipe técnica que efetivamente atuará no serviço de perfuração dos poços, especificando nome, quantidade, função, que deverá participar do quadro efetivo da empresa.
 - c.1) Fornecer para toda a equipe técnica equipamentos de proteção individual (capacete, luva, bota, óculos e protetor auricular) e fardamento;
- d) ter representante no local da obra, **ENGENHEIRO DE MINAS OU GEÓLOGO**, com formação profissional devidamente comprovada, anotado no CREA, como um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, que assuma perante a fiscalização do contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária;
- e) obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias ao serviço que contratar, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referentes aos serviços e à segurança pública. É obrigada, também, a cumprir quaisquer formalidades e a pagar, a sua custa, as multas porventura impostas por esses órgãos;
- f) **assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios;**
- g) efetuar as suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;
- h) responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou subcontratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços;
- i) responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;
- j) acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;
- k) observar, quanto ao pessoal, as disposições da lei de nacionalização do trabalho;
- l) responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos;



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- m) proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela Contratante para a perfeita execução da obra;
- n) fornecer, para emprego na execução das obras, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e a regulamentação aplicáveis a cada caso, especialmente as recomendações das Práticas da SEAP - Manual de Construção, executando todos os serviços com esmero e perfeição;
- o) retirar do local da obra qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, nos termos da notificação desta;
- p) retirar, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, o tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra;
- q) sempre que pretender aplicar material ou equipamento “similar” na execução da obra, submeter à Contratante, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato; submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
- r) apresentar mensalmente, em conjunto com as notas fiscais/faturas relativas a cada uma das fases, as cópias autenticadas dos comprovantes dos recolhimentos relativos à Seguridade Social, relativas ao último mês vencido;**
- s) comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato a conclusão da obra e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo da obra;
- t) obter a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e apresentar a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, relativa à matrícula CEI da obra, antes do recebimento definitivo;
- u) aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários em razão de alterações do Projeto, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato; manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório; e
- v) manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação dos profissionais e do serviço exigidos (as) na licitação.
- x) utilizar equipamentos com capacidades suficientes para perfurar poços tubulares e executar desenvolvimento, testes de bombeamento e análise físico-química da água, de acordo com as especificações técnicas.**

Parágrafo primeiro: Qualquer proposta de substituição de profissionais indicados durante a licitação para assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra somente será admitida por profissionais com experiência equivalente, devidamente comprovada, e **dependerá de prévia aprovação do Fiscal do Contrato.**

Parágrafo segundo: Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições deste contrato, particularmente dos prazos contratados.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

Parágrafo terceiro: Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente contrato serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada.

Parágrafo quarto: A empresa vencedora deverá realizar visita técnica e elaborar laudo para localização de todos os poços a serem perfurados, devendo justificar as alterações, se houver, da localização dos poços já previamente determinadas nos pareceres técnicos anexados aos autos.

Parágrafo quinto: Após a realização da perfuração dos poços tubulares a CONTRATADA deverá elaborar laudo de prospecção e de características dos poços perfurados (nível estático, dinâmico, vazão, profundidade de instalação da bomba, etc).

20.2 - DEVERES DO CONTRATANTE

20.2.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;
- b) prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;
- d) atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à Contratada;
- e) efetuar o pagamento da última fase após o Recebimento definitivo da obra;
- f) notificar a Contratada da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Diretoria responsável recebimento da Obra;
- g) aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário.
- h) notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- i) efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Edital;
- j) designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados.
- l) emitir certificação de adimplemento contratual em até 15(quinze) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO

21.1 - As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 - Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas nos arts. 73 a 76, da Lei nº. 8.666/93. À Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo Contratual.

21.3 - A execução do objeto contratual será fiscalizada pela servidora Sarah Maria Dias Oliveira designada pelo Diretor Superintendente, com autoridade para exercer, em nome do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

21.3.1 - À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- I** - Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;
- II** - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- III** - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços;
- IV** - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

21.4 - A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

21.5 - O CONTRATANTE registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a)** atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
- b)** solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
- c)** emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;
- d)** fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;
- e)** determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
- f)** sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;
- g)** registrar as ocorrências havidas, firmado juntamente com o preposto da CONTRATADA;
- h)** lavrar o termo de recebimento definitivo do objeto contratado.
- i)** Emitir a certificação de adimplemento contratual no prazo de **15 (quinze) dias** a partir do recebimento da Nota Fiscal/fatura.

21.6 - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

22. DO RECEBIMENTO DA OBRA

22.1 - Concluída a obra, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE e o Fiscal do Contrato.

22.2 - Recebida a notificação de conclusão da obra ou expirado o prazo de execução contratual, o fiscal do contrato efetuará vistoria da obra para verificação do cumprimento da seguinte exigência: execução completa e adequada da obra, conforme projetos executivos e especificações técnicas.

22.3 - Verificado o adequado cumprimento dos projetos executivos e especificações técnicas, o fiscal do contrato efetuará o recebimento provisório da obra, lavrando em 02 (duas) vias de igual teor o Termo de Recebimento Provisório, que será encaminhado à autoridade CONTRATANTE.

22.4 - Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o fiscal do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

22.5 - Não concluída a obra dentro do prazo contratual, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital, item 18 - Das Sanções.

22.6 - Após o recebimento provisório, a autoridade CONTRATANTE convocará o engenheiro do SAAE, que será encarregado de efetuar o recebimento definitivo.

22.7 – O engenheiro do SAAE efetuará vistoria da obra para verificação do cumprimento das seguintes exigências:

- a) atendimento de todas as condições contratuais e técnicas; e
- b) apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS relativa à obra.

22.8 - Verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o engenheiro do SAAE receberá definitivamente a obra, lavrando em 02 (duas) vias de igual teor o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e dirigido à autoridade CONTRATANTE.

22.9 - No caso da vistoria constatar a inadequação do objeto aos termos do contrato, será lavrado relatório de verificação circunstanciado, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte, dirigindo-o à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis.

22.10 - Aceita a obra pela CONTRATANTE, a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da lei.

22.11 - O fiscal de contrato e os membros de recebimento definitivo poderão utilizar-se de assessoria técnica para auxiliar nos seus trabalhos.

23. DO PAGAMENTO

23.1 – A Contratante pagará a Contratada o valor global de **R\$ 191.445,00 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais)**, sendo que o pagamento será efetuado de forma parcelada de acordo com as obrigações realizadas, observando o valor correspondente ao somatório das etapas dos diversos itens efetivamente concluídos, segundo as aferições mensais efetuadas pelo fiscal do contrato. No caso da parcela relativa à última fase, o pagamento somente será efetuado após o recebimento provisório da obra.

23.2 - Caso não seja realizado o recebimento provisório da obra por motivo de pendências nas etapas de sua execução, motivadas pela CONTRATADA, os valores ainda pendentes de pagamento naquela data ficarão retidos até que sejam sanadas as pendências e, na falta de sua regularização serão contabilizados os custos dos itens faltantes, os quais então serão abatidos do crédito da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

23.3 - A CONTRATADA emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filial ou da matriz.

23.4 - O pagamento será efetuado após empenho e liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até **30 (trinta) dias** consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da obra.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

23.5 - Para fazer *jus* ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, atualizações das certidões, que na ocasião estiverem vencidas, de regularidade junto ao FGTS, Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangente as Contribuições Sociais e Previdenciárias previstas na nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991), Estadual, Municipal e Trabalhista.

23.6 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23.7 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

23.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

23.9 – **Do valor global contratado para apresentação dos serviços serão retidos os impostos devidos de acordo com as legislações vigentes e o enquadramento contábil da empresa vencedora do certame.**

24. DO REAJUSTAMENTO

24.1 - O preço apresentado na proposta da CONTRATADA será fixo e **só poderá sofrer reajuste após 01 (um) ano**, contados da data da apresentação da proposta, com fulcro na Lei nº 10.192 de 14/02/2001.

24.2 – Após o prazo previsto no item 24.1, as obras/serviços serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção, por tipo de obras apuradas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

25. DA IMPUGNAÇÃO

25.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até **05 (cinco) dias úteis**, antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até **03 (três) dias úteis**, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º, do art. 113, da Lei n.º 8.666/93.

25.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste instrumento, perante a Administração o licitante que não o fizer até **48 horas** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrências, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades, que viciarem esse Instrumento, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

25.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

25.4 - As impugnações protocoladas intempestivamente não serão levadas em consideração.

26. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

26.1 - Caberá, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da intimação do ato na forma do art. 109, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 os recurso nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- e) rescisão unilateral do contrato;
- f) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastro, sua alteração ou cancelamento.

26.2 - Caberá representação, no mesmo prazo, de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

26.3 - Caberá pedido de reconsideração de decisão do Diretor na hipótese do art. 87, § 3º da Lei nº. 8.666/93.

26.4 - Do recurso interposto será dada ciência aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

26.5 – O processamento recursal respeitará o trâmite previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

27. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

27.1 - A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a presente licitação, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

27.2 - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

28. DA FRAUDE À LICITAÇÃO

28.1 - A constatação, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos, contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - É facultado à CPL promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar das respectivas propostas.

29.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital.

29.3 - As situações não previstas neste Instrumento, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pela CPL, desde que pertinentes com o objeto do certame e observadas a legislação em vigor.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

29.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**; só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SAAE.

29.5 - Serão observados e assegurados tratamento diferenciado, concedidos as microempresas e as empresas de pequeno porte, na participação em certames licitatório do SAAE, conforme determina a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial os previstas nos artigos 43 a 45 da referida Lei.

29.5.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

29.5.2 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **10% (dez por cento) superiores** à proposta mais bem classificada.

b) Na modalidade de pregão, o intervalo percentual acima citado será de até **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço.

29.5.3 Para efeito do disposto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterada pela LC n.º 147/2014), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do *caput* deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

29.5.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no *caput*, do art. 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

29.5.5 - O disposto no artigo 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

30. DA EXECUÇÃO

30.1 - No Projeto Básico, anexo I deste edital, visa à possibilidade da realização de licitação a fim de contratar empresa especializada para de perfuração de poços tubulares.

30.2 - Será necessário durante a licitação apresentação de atestado de visita técnica fornecida pelo SAAE. Ressalta-se que as visitas deverão ser realizadas 3 (três) dias antes da licitação, e, que as visitas serão realizadas no horário comercial do SAAE – das 07:00 às 13:00 hs, Portanto, o início das visitas técnicas deverão ser realizados até no máximo 10:00 hs. Frisa-se que essas visitas sejam realizadas por Geólogo ou responsável técnico da Obra/Serviço.

30.3 - Quando da elaboração das peças técnicas do respectivo projeto, inclusive planilhas orçamentárias e cronogramas, devem estar devidamente rubricadas pelo responsável e acompanhadas do documento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

30.4 - O serviço deverá ser executado em consonância com as leis e normas técnicas e ambientais vigentes, sendo que a apresentação de proposta indicará o tácito conhecimento das mesmas.

30.5 - Todos os ajustes dos projetos para aprovação nos órgãos a que forem submetidos deverão ser feitos pela CONTRATADA, e fornecidos a esta Autarquia em meio digital sem qualquer custo adicional.

31. DOS CASOS OMISSOS

31.1 - Os casos omissos serão solucionados diretamente pela CPL, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei complementar 123/2006 (alterada pela LC 147/2014), bem como as condições estabelecidas neste instrumento.

Estância(SE), 27 de abril de 2018.

Jéssica Nascimento Oliveira
Presidente da CPL

José Derivaldo Almeida dos Santos
Autoridade Competente

Apoio:

Anne Katherine Silva do Amor Porto

Marcos Ronnielle Santos Nascimento

Marília Gabriela Nascimento Montalvão Martins

Nadja Soares Gomes

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE 05 (CINCO) POÇOS TUBULARES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE**, conforme descrições constantes neste projeto básico.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 É notório o crescimento populacional em Estância, vários empreendimentos imobiliários vem sendo implantados em diversas direções da cidade, ocorre que os sistemas de abastecimentos não tem crescido na mesma proporção, estão obsoletos e insuficiente para atender a nova demanda, logo, em vários pontos da cidade, a exemplo das áreas de intervenção o sistema não consegue manter o fornecimento em tempo integral, o desabastecimento é uma realidade que tem crescido e ceifado a possibilidade de novas edificações individual e coletivas nestas localidades. Visando a otimização do sistema de cada dessas localidades citadas, o Município então, resolve investir em adução para impedir o colapso do processo culminando má qualidade na prestação de serviço e a escassez por falta de investimento no setor. Dessa forma, de acordo com a realidade dessa Autarquia, faz-se necessária à **PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES** para posteriormente implantar a rede de abastecimento de água para a redução do deficit hídrico com vistas a oferecer às comunidades condições essenciais à manutenção da vida, através da oferta de água tratada e disponível, em todas as estações do ano.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - No Projeto Básico, anexo I deste edital, visa à possibilidade da realização de licitação a fim de contratar empresa especializada para de perfuração de poços tubulares.

3.2 - Será necessário durante a licitação apresentação de atestado de visita técnica fornecida pelo SAAE. Ressalta-se que as visitas deverão ser realizadas 3 (três) dias antes da licitação, e, que as visitas serão realizadas no horário comercial do SAAE – das 07:00 às 13:00 hs, Portanto, o início das visitas técnicas deverão ser realizados até no máximo 10:00 hs. Frisa-se que essas visitas sejam realizadas por Geólogo ou responsável técnico da Obra/Serviço.

3.3 - Quando da elaboração das peças técnicas do respectivo projeto, inclusive planilhas orçamentárias e cronogramas, devem estar devidamente rubricadas pelo responsável e acompanhadas do documento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

3.4 - O serviço deverá ser executado em consonância com as leis e normas técnicas e ambientais vigentes, sendo que a apresentação de proposta indicará o tácito conhecimento das mesmas.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

3.5 - Todos os ajustes dos projetos para aprovação nos órgãos a que forem submetidos deverão ser feitos pela CONTRATADA, e fornecidos a esta Autarquia em meio digital sem qualquer custo adicional.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – **CREA**, em nome da licitante, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a **área de atuação compatível com a execução da obra objeto do Edital**, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante.

4.2 - As certidões de registro no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

4.3 - Pelo menos 01 (um) atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, onde fique **comprovado que a licitante executou obra(s) com características técnicas compatíveis com o objeto da licitação**; sendo que deverão ser apresentados pelo menos 01 (um) para comprovação de capacidade para execução do serviço de perfuração de poços.

4.4 - Pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, **em nome de profissional de nível superior, Engenheiro de minas ou geólogo, legalmente habilitado**, integrante do quadro permanente da licitante, onde fique comprovada responsabilidade técnica na execução de obra(s) com características técnicas compatíveis com as do objeto da presente licitação;

4.5 - Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional do quadro permanente da licitante.

4.6 - A responsabilidade técnica exigida nos atestados deverá ser compatível, com características e especificações iguais ou similares ao objeto da licitação.

4.7 - O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao subitem anterior deverá(ão) participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução da obra.

4.8 - Certidão de registro de pessoa física no CREA, em nome de cada profissional detentor de atestado apresentado em atendimento ao subitem 11.5.4, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional.

4.9 - Esta certidão será dispensada no caso do nome do profissional constar da certidão apresentada em atendimento ao subitem 11.5.1 e, no caso de certidões emitidas pela internet, deverão observar o previsto no subitem 11.5.2.

4.10 - Apresentar a indicação do profissional de nível superior como responsável técnico da obra com sua devida qualificação, devendo constar na **indicação** a assinatura do representante legal da empresa e do indicado (engenheiro de minas ou geólogo com registro no CREA), **COMPROVANDO A SUA ACEITAÇÃO COMO TÉCNICO DA OBRA**.

4.11 - A substituição do responsável técnico durante a execução do contrato só será possível, por profissional, no mínimo, igualmente qualificado, **mediante a expressa aprovação da fiscalização da CONTRATANTE**.

4.12 - Comprovante de que cada profissional a que se refere o subitem integra o quadro permanente da



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

licitante.

4.13 - Será considerado integrante do quadro permanente da licitante o profissional que for sócio, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita: caso sócio, através do contrato social e sua última alteração; caso empregado permanente da empresa, através do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria; e, caso responsável técnico, pela certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

4.14 - **A empresa vencedora deverá elaborar projeto para o licenciamento e outorga dos poços e também antes da execução da obra instalar placa de obra, conforme especificações técnicas, Anexo VII.**

5. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

5.1 - DEVERES DA CONTRATADA:

5.1.1 - Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA:

- a)** manter durante todo o período de execução do contrato situação regular da empresa e dos profissionais envolvidos na obra perante o CREA;
- b)** promover a anotação, registro, aprovação, licenças, matrícula da obra no INSS e outras exigências dos órgãos competentes com relação ao Projeto e à obra, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
- c)** Fornecer a relação da equipe técnica que efetivamente atuará no serviço de perfuração e recuperação dos poços, especificando nome, quantidade, função, que deverá participar do quadro efetivo da empresa.
 - c.1)** Fornecer para toda a equipe técnica equipamentos de proteção individual (capacete, luva, bota, óculos e protetor auricular) e fardamento;
- d)** ter representante no local da obra, **ENGENHEIRO DE MINAS OU GEÓLOGO**, com formação profissional devidamente comprovada, anotado no CREA, como um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, que assuma perante a fiscalização do contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária;
- e)** obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias ao serviço que contratar, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referentes aos serviços e à segurança pública. É obrigada, também, a cumprir quaisquer formalidades e a pagar, a sua custa, as multas porventura impostas por esses órgãos;
- f)** assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios;
- g)** efetuar as suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;
- h)** responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou subcontratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços;

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- i) responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;
- j) acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;
- k) observar, quanto ao pessoal, as disposições da lei de nacionalização do trabalho;
- l) responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos;
- m) proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela Contratante para a perfeita execução da obra;
- n) fornecer, para emprego na execução das obras, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e a regulamentação aplicáveis a cada caso, executando todos os serviços com esmero e perfeição;
- o) retirar do local da obra qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, nos termos da notificação desta;
- p) retirar, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, o tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra;
- q) sempre que pretender aplicar material ou equipamento “similar” na execução da obra, submeter à Contratante, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato; submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
- r) apresentar mensalmente, em conjunto com as notas fiscais/faturas relativas a cada uma das fases, as cópias autenticadas dos comprovantes dos recolhimentos relativos à Seguridade Social, relativas ao último mês vencido;
- s) comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato a conclusão da obra e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo da obra;
- t) obter a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e apresentar a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, relativa à matrícula CEI da obra, antes do recebimento definitivo;
- u) aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários em razão de alterações do Projeto, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato; manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório; e
- v) manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação dos profissionais e do serviço exigidos (as) na licitação.
- x) utilizar equipamentos com capacidades suficientes para perfurar os poços tubulares e executar desenvolvimento, testes de bombeamento e análise físico-química da água, de acordo com as especificações técnicas.**

Parágrafo primeiro: Qualquer proposta de substituição de profissionais indicados durante a licitação para assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra somente será admitida por profissionais com experiência equivalente, devidamente comprovada, e **dependerá de prévia aprovação do Fiscal do Contrato.**



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

Parágrafo segundo: Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições deste contrato, particularmente dos prazos contratados.

Parágrafo terceiro: Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente contrato serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada.

Parágrafo quarto: A empresa vencedora deverá realizar visita técnica e elaborar laudo para localização de todos os poços a serem perfurados, devendo justificar as alterações, se houver, da localização dos poços já previamente determinadas nos pareceres técnicos anexados aos autos.

Parágrafo quinto: Após a realização da perfuração dos poços tubulares a CONTRATADA deverá elaborar laudo de prospecção e de características dos poços perfurados (nível estático, dinâmico, vazão, profundidade de instalação da bomba, etc).

5.2 - DEVERES DO CONTRATANTE

5.2.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;
- b) prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;
- d) atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à Contratada;
- e) efetuar o pagamento da última fase após o Recebimento definitivo da obra;
- f) notificar a Contratada da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra;
- g) aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário.
- h) notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- i) efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Edital;
- j) designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados.
- l) emitir certificação de adimplemento contratual em até 15(quinze) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO

6.1 - As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas nos arts. 73 a 76, da Lei nº. 8.666/93. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo Contratual.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

6.3 - A execução do objeto contratual será fiscalizada pela servidora Sarah Maria Dias Oliveira designada pelo Diretor Superintendente, com autoridade para exercer, em nome do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

6.3.1 - À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

I - Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada dos serviços;

III - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços;

IV - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.4 - A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

6.5 - O CONTRATANTE registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

a) atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;

b) solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;

c) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;

d) fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;

e) determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;

f) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;

g) registrar as ocorrências havidas, firmado juntamente com o preposto da CONTRATADA;

h) lavrar o termo de recebimento definitivo do objeto contratado.

i) Emitir a certificação de adimplemento contratual no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal/fatura.

6.6 - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

7. DO RECEBIMENTO DA OBRA

7.1 - Concluída a obra, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE e o Fiscal do Contrato.

7.2 - Recebida a notificação de conclusão da obra ou expirado o prazo de execução contratual, o fiscal do contrato efetuará vistoria da obra para verificação do cumprimento da seguinte exigência: execução completa e adequada da obra, conforme projetos executivos e especificações técnicas.

7.3 - Verificado o adequado cumprimento dos projetos executivos e especificações técnicas, o fiscal do contrato efetuará o recebimento provisório da obra, lavrando em 02 (duas) vias de igual teor o Termo de Recebimento Provisório, que será encaminhado à autoridade CONTRATANTE.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

7.4 - Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o fiscal do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis.

7.5 - Não concluída a obra dentro do prazo contratual, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital, item 18 - Das Sanções.

7.6 - Após o recebimento provisório, a autoridade CONTRATANTE convocará o engenheiro do SAAE, que será encarregado de efetuar o recebimento definitivo.

7.7 – O engenheiro do SAAE efetuará vistoria da obra para verificação do cumprimento das seguintes exigências:

- a) atendimento de todas as condições contratuais e técnicas; e
- b) apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS relativa à obra.

7.8 - Verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o engenheiro do SAAE receberá definitivamente a obra, lavrando em 02 (duas) vias de igual teor o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e dirigido à autoridade CONTRATANTE.

7.9 - No caso da vistoria constatar a inadequação do objeto aos termos do contrato, será lavrado relatório de verificação circunstanciado, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte, dirigindo-o à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis.

7.10 - Aceita a obra pela CONTRATANTE, a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da lei.

7.11 - O fiscal de contrato e os membros de recebimento definitivo poderão utilizar-se de assessoria técnica para auxiliar nos seus trabalhos.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, que se encontram indicadas abaixo:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - multa:

a) de **0,5 % (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso na entrega da obra, calculada sobre o valor total das etapas não concluídas até o término do prazo de execução, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;

b) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;

c) de **0,2 % (zero vírgula dois por cento)** sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nos itens I e II, aplicada em dobro na reincidência;

d) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da CONTRATADA, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

e) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.

III - suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até **2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e da forma abaixo especificada:

- a) **06 (seis) meses** - pelo atraso superior a 20 (vinte) dias do prazo estipulado para entrega da obra;
- b) **01 (hum) ano** - fraudar ou falhar na execução do contrato;
- c) **01 (hum) ano e 06 (seis) meses** - não assinar o contrato ou não retirar o documento equivalente no prazo estipulado neste termo e/ou a não entrega da obra, **caracterizada em 30 (trinta) dias** após o vencimento do prazo de entrega da obra;
- d) **02 (dois) anos** - quando caracterizada a reincidência na prática das inadimplências e/ou o descumprimento cumulativo de mais de uma das condutas acima especificadas.

IV - declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

8.2 - As multas estabelecidas no subitem anterior, podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a **30% (trinta por cento) do valor contratado**, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

8.3 - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei. **O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.**

8.4 - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.

8.5 - No caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até **2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

8.6 - No caso de declaração de inidoneidade de licitar é de competência exclusiva do SAAE, órgão responsável pela gestão do contrato, conforme o caso, facultado a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois) anos** da sua aplicação.

9. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 191.445,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais)**.

10. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1 O Departamento Técnico entrará em contato com a empresa vencedora conforme sua necessidade, emitindo a **Ordem de Serviço** para que a mesma inicie os serviços pactuados.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

10.2 - O prazo para iniciar a execução dos serviços, após formalizada a solicitação, não deverá ser superior a **05 (cinco) dias úteis**.

10.3 - A falta do material, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do serviço objeto desta licitação e não eximirá a prestadora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

10.4 - O prazo para execução da obra será de 03(três) meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

11. DO LOTE

LOTE I – PERFURAÇÃO DE POÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Perfuração de poços tubulares profundos	Und	05

- O valor total estimado deste certame perfaz o montante de **R\$ 191.445,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais)**.

- A DISPUTA OCORRERÁ PELO VALOR GLOBAL DO LOTE

11.1 – Os interessados deverão verificar as especificações técnicas no anexo VII e memorial descritivo anexo VI deste edital, disponível a todos os interessados na **Comissão Permanente de Licitação – CPL no Endereço: Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 126, Estância-SE** ou através do **Fone: (79) 3522-1204**.

Eng^a. Sarah Maria Dias Oiveira
Crea 2715835930
SAAE de Estância – Diretora Técnica.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

Banco: Agência:

Local/Data:

Conta Corrente Nº:

Nome do Representante Legal: _____ CPF: _____

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) do RG nº e do CPF nº, apresenta a sua Proposta de Preço para a execução de, nos seguintes termos:

LOTE__

LOTE	ESPECIFICAÇÃO

PREÇO GLOBAL: R\$ (PREÇO POR EXTENSO)

PRAZO PARA A EXECUÇÃO DA OBRA: (.....) meses.

DECLARAMOS que após obter todas as informações necessárias à perfeita execução da obra objeto da presente licitação, conferimos, avaliamos e revisamos todos os itens e quantitativos da Lista de Materiais constante do Projeto anexo ao Edital, para formulação da nossa proposta de preços, atendendo ao disposto no Edital .

DECLARAMOS que o preço global ofertado, inclui o BDI-Benefícios e despesas indiretas, computando todos os custos inerentes ao objeto licitado, tais como: impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços; e entendido que a falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

Cidade/Estado, ____ de _____ de 2018.

Representante Legal da Empresa

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
Tomada de Preços nº. 01/2018

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Estância/SE, ___ de _____ de 2018.

(representante legal do licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FIRMADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ESTÂNCIA – SAAE E A EMPRESA _____, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº __/2018.

Pelo presente instrumento de Contrato celebrado entre o **SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.259.692/0001-39 e Inscrição Estadual nº. 27.112.090-8, com sede na Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº. 127, Centro, nesta cidade de Estância, Estado de Sergipe, regularmente representado pelo Sr. José Derivaldo Almeida dos Santos, possuidor do CPF nº. 480.902.555-15, nomeado através do Decreto nº. 6.888/2017, doravante denominada **CONTRATANTE** e tendo por outra parte a EMPRESA _____ inscrita regularmente no C.N.P.J sob o nº. _____ estabelecida na _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____ registrado no C.P.F sob o nº. _____ e RG nº. _____, por ora denominada **CONTRATADA**, têm entre si o presente **CONTRATO**, celebrado com o amparo da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Este termo decorre da aplicação da Lei Nº 8.666/93 e alterações e da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), vinculado à Tomada de Preços nº /2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste termo _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 A forma de execução apresentada neste contrato é do tipo **Execução Indireta**.

3.2 O regime de execução apresentado neste contrato é o tipo **empreitada por preço global**, onde será contratada por preço certo de unidades determinadas.

CLAÚSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 O pagamento da despesa decorrente deste contrato será empenhado pelos recursos da dotação orçamentária abaixo:

A) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01

B) ÓRGÃO: 06

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

C)ATIVIDADE: 1079

D)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17.512.0003.1079

E)CLASSE ECONÔMICA: 4.4.90.51.00

F)SUBELEMENTO: 03 – Obras e/ou edificações para uso comum do povo

G)FONTE DE RECURSO: 0100.100

H)SALDO ORÇAMENTÁRIO:

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O contrato **terá vigência até** __/__/__, contados da ordem de execução dos serviços, podendo ser prorrogado, de acordo com as determinações do art. 57, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

6.1 – A Contratante pagará a Contratada o valor global de R\$ xxxxxx (xxxxxxx), sendo que o pagamento será efetuado no de forma parcelada de acordo com as obrigações realizadas, observando o valor correspondente ao somatório das etapas dos diversos itens efetivamente concluídos, segundo as aferições mensais efetuadas pelo fiscal do contrato. No caso da parcela relativa à última fase, o pagamento somente será efetuado após o recebimento provisório da obra.

6.2 - Caso não seja realizado o recebimento provisório da obra por motivo de pendências nas etapas de sua execução, motivadas pela CONTRATADA, os valores ainda pendentes de pagamento naquela data ficarão retidos até que sejam sanadas as pendências e, na falta de sua regularização serão contabilizados os custos dos itens faltantes, os quais então serão abatidos do crédito da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

6.3 - A CONTRATADA emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filial ou da matriz.

6.4 - O pagamento será efetuado após empenho e liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até **30 (trinta) dias** consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da obra.

6.5 - Para fazer *jus* ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, atualizações das certidões, que na ocasião estiverem vencidas, de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, FGTS, negativa de débitos Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista.

6.6 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.7 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

6.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.9 – **Do valor global contratado para apresentação dos serviços será retidos os impostos devidos de acordo com as legislações vigentes e o enquadramento contábil da empresa vencedora do**

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

certame.

6.10 - O preço apresentado na proposta da CONTRATADA será fixo e **só poderá sofrer reajuste após 01 (um) ano**, contados da data da apresentação da proposta, com fulcro na Lei nº 10.192 de 14/02/2001.

6.11 – Após o prazo previsto no item 6.10, as obras/serviços serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção, por tipo de obras apuradas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

CLÁUSULA SETIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

7.1- As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

7.2- Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas nos arts. 73 a 76, da Lei nº. 8.666/93. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo Contratual.

7.3- A execução do objeto contratual será fiscalizada pela servidora Sarah Maria Dias Oliveira designada pelo Diretor Superintendente, com autoridade para exercer, em nome do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

7.4- À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

I - Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

II - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada dos serviços;

III - Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços;

IV - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

7.5- A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

7.6- O CONTRATANTE registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a)** atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
- b)** solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
- c)** emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;
- d)** fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;
- e)** determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
- f)** sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;
- g)** registrar as ocorrências havidas, firmado juntamente com o preposto da CONTRATADA;
- h)** lavrar o termo de recebimento definitivo do objeto contratado.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

i) Emitir a certificação de adimplemento contratual no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal/fatura.

7.7- A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA:

- a) manter durante todo o período de execução do contrato situação regular da empresa e dos profissionais envolvidos na obra perante o CREA;
- b) promover a anotação, registro, aprovação, licenças, matrícula da obra no INSS e outras exigências dos órgãos competentes com relação ao Projeto e à obra, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
- c) Fornecer a relação da equipe técnica que efetivamente atuará no serviço de perfuração dos poços, especificando nome, quantidade, função, que deverá participar do quadro efetivo da empresa.
- c.1) Fornecer para toda a equipe técnica equipamentos de proteção individual (capacete, luva, bota, óculos e protetor auricular) e fardamento;
- d) ter representante no local da obra, **ENGENHEIRO DE MINAS OU GEÓLOGO**, com formação profissional devidamente comprovada, anotado no CREA, como um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, que assuma perante a fiscalização do contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária;
- e) obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias ao serviço que contratar, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referentes aos serviços e à segurança pública. É obrigada, também, a cumprir quaisquer formalidades e a pagar, a sua custa, as multas porventura impostas por esses órgãos;
- f) assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios;
- g) efetuar as suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;
- h) responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou subcontratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços;
- i) responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;
- j) acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;
- k) observar, quanto ao pessoal, as disposições da lei de nacionalização do trabalho;
- l) responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos;



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- m)** proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela Contratante para a perfeita execução da obra;
- n)** fornecer, para emprego na execução das obras, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e a regulamentação aplicáveis a cada caso, especialmente as recomendações das Práticas da SEAP - Manual de Construção, executando todos os serviços com esmero e perfeição;
- o)** retirar do local da obra qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, nos termos da notificação desta;
- p)** retirar, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, o tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra;
- q)** sempre que pretender aplicar material ou equipamento “similar” na execução da obra, submeter à Contratante, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato; submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
- r)** apresentar mensalmente, em conjunto com as notas fiscais/faturas relativas a cada uma das fases, as cópias autenticadas dos comprovantes dos recolhimentos relativos à Seguridade Social, relativas ao último mês vencido;
- s)** comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato a conclusão da obra e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo da obra;
- t)** obter a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e apresentar a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, relativa à matrícula CEI da obra, antes do recebimento definitivo;
- u)** aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários em razão de alterações do Projeto, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato; manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório; e
- v)** manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação dos profissionais e do serviço exigidos (as) na licitação.
- x) utilizar equipamentos com capacidades suficientes para perfurar poços tubulares e executar desenvolvimento, testes de bombeamento e análise físico-química da água, de acordo com as especificações técnicas.**

Parágrafo primeiro: Qualquer proposta de substituição de profissionais indicados durante a licitação para assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra somente será admitida por profissionais com experiência equivalente, devidamente comprovada, e **dependerá de prévia aprovação do Fiscal do Contrato.**

Parágrafo segundo: Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições deste contrato, particularmente dos prazos contratados.

Parágrafo terceiro: Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente contrato serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

Parágrafo quarto: A empresa vencedora deverá realizar visita técnica e elaborar laudo para localização de todos os poços a serem perfurados, devendo justificar as alterações, se houver, da localização dos poços já previamente determinadas nos pareceres técnicos anexados aos autos.

Parágrafo quinto: Após a realização da perfuração dos poços tubulares a CONTRATADA deverá elaborar laudo de prospecção e de características dos poços perfurados (nível estático, dinâmico, vazão, profundidade de instalação da bomba, etc).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;
- b) prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;
- d) atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à Contratada;
- e) efetuar o pagamento da última fase após o Recebimento definitivo da obra;
- f) notificar a Contratada da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra;
- g) aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário.
- h) notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- i) efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Edital;
- j) designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados.
- l) emitir certificação de adimplemento contratual no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1-O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, que se encontram indicadas abaixo:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - multa:

- a) de **0,5 % (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso na entrega da obra, calculada sobre o valor total das etapas não concluídas até o término do prazo de execução, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- b) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) de **0,2 % (zero vírgula dois por cento)** sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nos itens I e II, aplicada em dobro na reincidência;
- d) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da CONTRATADA, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- e) de **2,0 % (dois por cento)** sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.

III - suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até **2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e da forma abaixo especificada:

- a) **06 (seis) meses** - pelo atraso superior a 20 (vinte) dias do prazo estipulado para entrega da obra;
- b) **01 (hum) ano** - fraudar ou falhar na execução do contrato;
- c) **01 (hum) ano e 06 (seis) meses** - não assinar o contrato ou não retirar o documento equivalente no prazo estipulado neste termo e/ou a não entrega da obra, **caracterizada em 30 (trinta) dias** após o vencimento do prazo de entrega da obra;
- d) **02 (dois) anos** - quando caracterizada a reincidência na prática das inadimplências e/ou o descumprimento cumulativo de mais de uma das condutas acima especificadas.

IV - declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

10.2- As multas estabelecidas no subitem anterior, podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a **30% (trinta por cento) do valor contratado**, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.3- As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei. **O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.**

10.4- As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.

10.5- No caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até **2 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.6- No caso de declaração de inidoneidade de licitar é de competência exclusiva do SAAE, órgão responsável pela gestão do contrato, conforme o caso, facultado a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois) anos** da sua aplicação.

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízos das penalidades e multas previstas na Lei nº. 8.666/93, neste termo e no instrumento contratual, devendo a parte faltosa arcar com todo o ônus, inclusive os judiciais decorrentes da infração.

11.2 - O presente termo poderá ser rescindido de acordo com as alíneas abaixo, sendo registrado nos autos do processo assegurando o contraditório e a ampla defesa, obedecendo especialmente ao disposto nos artigos **78, 79 e 80** da Lei Federal de Licitações:

I - Unilateralmente, por ato escrito da Administração, nos casos abaixo enumerados:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- b) A inexecução parcial ou total das cláusulas contratuais, ou apresentar a execução de forma irregular à apresentada na proposta;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato;
- d) Atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Instrumento ou no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h) A declaração de falência, insolvência, falecimento do representante da CONTRATADA ou modificação no quando de sócios da empresa que resulte o impedimento da prestação do serviço;
- i) Razões de interesse público e de alta relevância determinada pela autoridade máxima da esfera administrativa;
- j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação;

IV - Quando houver supressão superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato;

V - Quando ocorrer atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos devidos pela Administração;

VI - quando houver suspensão da execução do contrato por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos especificados no inciso XIV, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

12.1 - Concluída a obra, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE e o Fiscal do Contrato.

12.2 - Recebida à notificação de conclusão da obra ou expirado o prazo de execução contratual, o fiscal do contrato efetuará vistoria da obra para verificação do cumprimento da seguinte exigência: execução completa e adequada da obra, conforme projetos executivos e especificações técnicas.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

12.3 - Verificado o adequado cumprimento dos projetos executivos e especificações técnicas, o fiscal do contrato efetuará o recebimento provisório da obra, lavrando em 02 (duas) vias de igual teor o Termo de Recebimento Provisório, que será encaminhado à autoridade CONTRATANTE.

12.4 - Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o fiscal do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis.

12.5 - Não concluída a obra dentro do prazo contratual, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital, item 10 - Das Sanções.

12.6 - Após o recebimento provisório, a autoridade CONTRATANTE convocará o engenheiro do SAAE, que será encarregado de efetuar o recebimento definitivo.

12.7 - O engenheiro do SAAE efetuará vistoria da obra para verificação do cumprimento das seguintes exigências:

- a) atendimento de todas as condições contratuais e técnicas; e
- b) apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS relativa à obra.

12.8 - Verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o engenheiro do SAAE receberá definitivamente a obra, lavrando em 02 (duas) vias de igual teor o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e dirigido à autoridade CONTRATANTE.

12.9 - No caso da vistoria constatar a inadequação do objeto aos termos do contrato, será lavrado relatório de verificação circunstanciado, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte, dirigindo-o à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis.

12.10 - Aceita a obra pela CONTRATANTE, a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da lei.

12.11 - O fiscal de contrato e os membros de recebimento definitivo poderão utilizar-se de assessoria técnica para auxiliar nos seus trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1 O Departamento Técnico entrará em contato com a empresa vencedora conforme sua necessidade, emitindo a **Ordem de Serviço** para que a mesma inicie os serviços pactuados.

13.2 - O prazo para iniciar a execução dos serviços, após formalizada a solicitação, não deverá ser superior a **05 (cinco) dias úteis**.

13.3 - A falta do material, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do serviço objeto desta licitação e não eximirá a prestadora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

13.4 - O prazo para execução da obra será de ___() meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PERFURAÇÃO DE POÇOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA nos Bairros Cidade Nova, São Jorge, Alecrim, Candéal e no Conjunto Carmem do Prado Leite NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

Objetivo

14.1 Fixar as condições exigíveis na construção de poço para captação de água subterrânea, destinada aos abastecimentos públicos nos bairros Cidade Nova, São Jorge, Alecrim, Candéal e no Conjunto Carmem do Prado Leite na cidade de Estância- se .

Desenvolvimento da construção

14.2 Elementos necessários

Na construção de um poço para captação de água subterrânea, tornam-se indispensáveis os seguintes elementos:

a) projeto executivo do poço:

- locação;
- perfil litoestratigráfico previsto, com indicação das características mecânicas das formações;
- programa construtivo do poço;
- método de perfuração;
- especificações técnicas construtivas;
- especificações dos materiais;
- cronograma físico da obra;

b) equipamento de perfuração;

c) ferramentas de perfuração;

d) ferramentas auxiliares;

e) equipamentos auxiliares;

f) responsável técnico habilitado;

g) fiscalização;

h) condições de recebimento do poço.

14.3 Atividades necessárias

A construção de poço para captação de água subterrânea compreende as seguintes atividades:

a) preparação do canteiro de obra:

- acesso, serviços de terraplenagem, encascalhamento e confecção de bases;
- instalação da perfuratriz e dos equipamentos auxiliares;
- disposição dos materiais;
- instalações diversas;

b) perfuração:

- perfuração inicial para colocação do tubo de proteção sanitária (tubo de boca);
- execução de furo-piloto ou furo-guia;
- amostragem;
- perfuração nos diâmetros e profundidades projetados;
- verificação dos parâmetros da perfuração;
- verificação das condições hidráulicas do fluido de perfuração;

c) dimensionamento da coluna de tubos lisos e filtros:

- elaboração do perfil litológico com base no exame e descrição das amostras;
- execução e interpretação de perfilagens elétricas e radioativas, de diâmetros, de densidade, sônicas, laterais e outras;
- elaboração do perfil de penetração;

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- correlação entre vários perfis para montagem do perfil composto;
- d) dimensionamento de pré-filtro:
 - análise granulométrica de amostras representativas;
- e) colocação da coluna de tubos lisos e filtros;
- f) colocação do pré-filtro;
- g) desenvolvimento;
- h) execução de testes de bombeamento;
- i) coleta de água para análise;
- j) serviços e obras complementares:
 - cimentação;
 - desinfecção;
 - construção de laje de proteção sanitária;
 - tampa;
- l) elaboração do relatório final.

14.4 Condições gerais

14.4.1 Serviços preliminares

14.4.1.1 local de perfuração deve ser devidamente preparado para instalação de perfuratriz e seus acessórios, bem como para a construção das obras temporárias, como reservatórios de lama e água, valetas de escoamento, etc.

14.4.1.2 A disposição dos materiais e equipamentos deve obedecer ao critério de organização e praticidade, de modo a não prejudicar nenhuma das fases da obra.

14.4.1.3 Medidas gerais de proteção e segurança devem ser adotadas para evitar acidentes pessoais na área de serviço.

14.4.1.4 Em local conveniente, deve ser instalada a infraestrutura necessária - vestiário, refeitório, sanitário e água potável - de modo a assegurar ao pessoal da obra condições de descanso e higiene compatíveis com a natureza dos serviços.

14.4.2 Perfuração

14.4.2.1 O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.

14.4.2.2 Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco do construtor.

14.4.2.3 A perfuração deve ser efetuada nos diâmetros e profundidades estabelecidos no projeto executivo do poço (ver NBR 12212).

14.4.2.4 Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só pode ser efetivada mediante autorização do contratante, baseada em parecer técnico da fiscalização.

14.4.2.5 A perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.

14.4.2.6 A amostragem do material perfurado deve ser feita de 2,0m em 2,0m e a cada mudança de litologia.

14.4.2.7 As amostras coletadas devem ser secas e dispostas em ordem crescente de perfuração, em caixas numeradas com os respectivos intervalos de profundidade.

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

14.4.2.8 Uma vez examinadas pela fiscalização, as amostras devem ser acondicionadas em sacos plásticos etiquetados ou em vidros rotulados com as seguintes informações: intervalo de profundidade e identificação do poço.

14.4.2.9 As amostras selecionadas para análise granulométrica, pesando no mínimo 1,0kg, devem ser enviadas ao laboratório, que deve fornecer a curva granulométrica de cada uma delas.

14.4.2.10 A lama de perfuração nos poços perfurados pelo método rotativo com circulação direta deve ter seus parâmetros físicos e químicos controlados durante os trabalhos, a fim de evitar danos ao aquífero e facilitar a limpeza do poço.

14.4.2.11 A lama de perfuração, salvo em situações especiais, deve ser mantida com os seguintes parâmetros:

- a) densidade: entre 1,04 e 1,14;
- b) viscosidade aparente: entre 35s e 60s Marsh;
- c) conteúdo de areia: inferior a 3%, em volume;
- d) pH: entre 7,0 e 9,5;
- e) filtrado abaixo de 15cm³.

14.4.2.12 É proibido, no preparo da lama de perfuração, empregar aditivos como óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.

14.4.2.13 Durante os trabalhos, o construtor deve manter na obra um registro diário de perfuração, atualizado, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) diâmetros da perfuração executada;
- b) metros perfurados e profundidade total do poço no fim da jornada de trabalho;
- c) material perfurado e avanço da penetração;
- d) profundidade do nível de água no início e no fim da jornada de trabalho.

14.4.2.14 Concluída a perfuração, deve-se proceder, na presença da fiscalização, à medição exata da profundidade do poço.

14.4.2.15 Com base na descrição das amostras coletadas, nas informações do diário de perfuração e nos registros dos perfis corridos, deve ser montado o perfil composto, definindo a posição dos intervalos ou zonas aquíferas.

14.4.3 Colocações da coluna de tubos, filtros e pré-filtro.

14.4.3.1 As determinações da abertura das ranhuras dos filtros e da granulometria do material de pré-filtro devem ser feitas a partir das curvas granulométricas das amostras selecionadas na perfuração.

14.4.3.2 A coluna de tubos, filtros e pré-filtro deve ter seu dimensionamento definitivo estabelecido mediante o ajustamento das especificações dos materiais às características reais encontradas na perfuração.

14.4.3.3 A colocação da coluna de tubos e filtros deve evitar deformações ou ruptura do material que possam comprometer a sua finalidade ou dificultar a introdução de equipamentos.

14.4.3.4 Ao longo da coluna de tubos e filtros, devem ser usadas guias centralizadoras, de modo a mantê-la centralizada e assegurar a posterior colocação de pré-filtro.

14.4.3.5 As juntas e conexões dos tubos de revestimento devem ser perfeitamente estanques.

14.4.3.6 A extremidade inferior da coluna de tubos e filtros deve ser obturada por meio de peça apropriada ou de cimentação do fundo do poço, salvo se ancorada em rocha dura.

14.4.3.7 A colocação do pré-filtro, quando requerida no programa construtivo do poço, deve ser feita paulatinamente, de modo a formar anel cilíndrico contínuo entre a parede de perfuração e a coluna de tubos e filtros.

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

14.4.3.8 O método de colocação do material do pré-filtro deve ser por bombeamento com fluido.

14.4.3.9 A complementação do nível do pré-filtro deve ser assegurada durante o desenvolvimento do poço.

14.4.4 Desenvolvimento

14.4.4.1 Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

14.4.4.2 O desenvolvimento deve ser efetuado através da combinação de métodos escolhidos de conformidade com as características do aquífero.

14.4.4.3 Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.

14.4.4.4 Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.

14.4.5 Disposições gerais

14.4.5.1 Todo poço deve ser construído por empresa habilitada, sob responsabilidade técnica de profissional de nível superior, devidamente credenciado junto ao CREA, com a ART da obra, e com base em projeto executivo

14.4.5.2 O construtor deve oferecer cronograma físico da obra, com previsão de início das seguintes fases:

- a) perfuração, perfilagem;
- b) colocação dos tubos, filtros e pré-filtro;
- c) desenvolvimento e limpeza;
- d) testes.

14.4.5.3 Nenhuma destas fases pode ser efetivada sem a presença ou o conhecimento prévio da fiscalização.

14.4.5.4 A quantidade máxima de areia permissível em água de poço é de 10g/m³.

14.4.5.5 Concluído o poço, o construtor deve encaminhar ao contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.

14.4.5.6 O relatório deve conter os seguintes elementos:

- a) nome do proprietário;
- b) localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
- c) cota do terreno;
- d) método de perfuração e equipamentos utilizados;
- e) perfil litológico e profundidade final;
- f) perfil composto;
- g) materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
- h) cimentações (indicação dos trechos cimentados);
- i) planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados; NBR 12244/1992 5
- j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
- k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
- l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado.

14.4.5.7 Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfetado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

14.5 Condições específicas

14.5.1 Teste de bombeamento e recuperação

14.5.1.1 Concluída a construção, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explorável do poço.

14.5.1.2 O construtor deve dispor de equipamentos necessários para garantir a continuidade da operação durante o período de teste.

14.5.1.3 O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.

14.5.1.4 Na instalação do equipamento de bombeamento no poço, deve-se colocar uma tubulação auxiliar, destinada a medir os níveis de água.

14.5.1.5 Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.

14.5.1.6 As medições de nível de água no poço devem ser feitas com medidor que permita leituras com precisão centimétrica.

14.5.1.7 Na determinação da vazão bombeada, devem ser empregados dispositivos que assegurem facilidade e precisão na medição. Para vazões de até 40m³/h, devem ser empregados recipientes de volume aferido. Vazões acima de 40m³/h devem ser determinadas por meio de sistemas contínuos de medida, tais como vertedores, orifício calibrado, tubo Venturi e outros.

14.5.1.8 A tubulação de descarga da água deve ser dotada de válvula de regulagem sensível e de fácil manejo, permitindo controlar e manter constante a vazão em diversos regimes de bombeamento.

14.5.1.9 O lançamento da água extraída deve ser feito a uma distância do poço determinada no projeto, que não interfira nos resultados dos testes.

14.5.1.10 As medidas de nível de água no poço, durante o bombeamento, devem ser efetuadas nas seguintes frequências de tempos, a partir do início do teste.

Período (min)	Intervalo de leitura (min)
0 - 10	1
10 - 20	2
20 - 50	5
50 - 100	10
100 - 500	30
500 - 1000	60
1000 - em diante	100

14.5.1.11 O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.

14.5.1.12 Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.

14.5.1.13 No teste de recuperação, a frequência dos tempos de medida do nível de água no poço deve ser idêntica à do teste de bombeamento.

14.5.1.14 O teste de produção escalonado deve ser efetuado em etapas de mesma duração, com vazões progressivas, em regime contínuo de bombeamento, mantida a vazão constante em cada etapa. A passagem de uma etapa à outra deve ser feita de forma instantânea, sem interrupção do bombeamento.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

14.5.1.15 O plano de teste deve prever escalonamento de vazões com percentuais da vazão máxima, conforme projeto.

14.5.1.16 As medidas de vazão devem ser efetuadas em correspondência com as do nível de água.

14.5.1.17 Em casos de vazão inferior a 5m³/h, o teste final de bombeamento deve manter vazão constante, com a condição de que tenha duração total não inferior a 24h, assegurada a estabilização do nível dinâmico durante o mínimo de 4h.

14.6 Serviços e obras complementares

14.6.1 Teste de alinhamento

A verificação do alinhamento deve ser feita mediante a introdução de gabarito visando à utilização do equipamento de exploração para a vazão projetada.

14.6.2 Teste de verticalidade

A medida de verticalidade deve ser feita por dispositivos aprovados pela fiscalização. As leituras dos desvios devem ser tomadas de maneira a permitir o traçado do perfil geométrico do poço.

14.6.3 Cimentação

14.6.3.1 O processo de cimentação de qualquer espaço anular deve ser feito numa operação contínua.

14.6.3.2 Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anular entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.

14.6.3.3 O material utilizado na cimentação, em situações normais, deve ser constituído de calda de cimento.

14.6.3.4 Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).

14.6.4 Laje de proteção

14.6.4.1 Concluídos todos os serviços no poço, deve ser construída uma laje de concreto, fundida no local, envolvendo o tubo de revestimento.

14.6.4.2 A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.

14.6.5 Coleta de água para análise

14.6.5.1 A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.

14.6.5.2 Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.

14.6.5.3 A amostra para análise físico-química deve ser coletada quando do teste de bombeamento, com volume mínimo de 3L, em recipiente lavado com água deste. O prazo entre a coleta e a entrega da amostra no laboratório não deve exceder 24h.

14.6.6 Desinfecção

14.6.6.1 A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.

14.6.6.2 Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

14.6.6.3 Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo à desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

14.6.7 Tampa

Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 O resumo do presente contrato será publicado na imprensa oficial, conforme as disposições constantes no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pela CPL, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei n.º 8.666/1993, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato fica eleito o foro da cidade de Estância, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estância (SE), _____ de _____ de _____.

José Derivaldo Almeida dos Santos
Diretor Superintendente do SAAE
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Qualificação da empresa e do representante legal que assinará a procuração em seu nome, com os seguintes dados: nome, endereço/razão social, etc...

OUTORGADO: Representante devidamente qualificado

OBJETO: Representar a Outorgante na TOMA DA DE PREÇOS n.º ____/2018

PODERES:

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentação de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local, ____ de _____ 2018.

OUTORGANTE

Representante Legal da Empresa

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO VI

MEMORIAL DESCRITIVO

PERFURAÇÃO DE POÇOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NOS BAIROS CIDADE NOVA, SÃO JORGE, ALECRIM, CANDEAL E NO CONJUNTO CARMEM DO PRADO LEITE NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE.

1 Objetivo

Execução de perfuração de poços tubulares no Bairros Cidade Nova, São Jorge, Alecrim, Candéal e no Conjunto Carmem do Prado Leite no município de Estância-SE.

2 Localização

Os serviços de perfuração serão realizados nos Bairros Cidade Nova, São Jorge, Alecrim e no Conjunto Carmem do Prado Leite que deverá ser definidos em local definido pelo pelos técnicos do SAAE e os Geólogos da empresa contratante através de análise técnica geológica.

3 Os serviços a executar

As perfurações dos poços deverá obedecer à especificação técnica e aos preceitos das normas NBR 12244 (Construção de poço para captação de água subterrânea) e a NBR 12212 (Projeto de poço para captação de água subterrânea – Procedimento).

Eng.^a Sarah Maria Dias Oliveira
Crea 2715835930
SAAE de Estância – Diretora Técnica.

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PERFURAÇÃO DE POÇOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA nos Bairros Cidade Nova, São Jorge, Alecrim, Candéal e no Conjunto Carmem do Prado Leite NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE.

1. Objetivo

1.1 Fixar as condições exigíveis na construção de poço para captação de água subterrânea, destinada aos abastecimentos públicos nos bairros Cidade Nova, São Jorge, Alecrim, Candéal e no Conjunto Carmem do Prado Leite na cidade de Estância- se .

2. Desenvolvimento da construção

2.1 Elementos necessários

Na construção de um poço para captação de água subterrânea, tornam-se indispensáveis os seguintes elementos:

a) projeto executivo do poço:

- locação;
- perfil litoestratigráfico previsto, com indicação das características mecânicas das formações;
- programa construtivo do poço;
- método de perfuração;
- especificações técnicas construtivas;
- especificações dos materiais;
- cronograma físico da obra;

b) equipamento de perfuração;

c) ferramentas de perfuração;

d) ferramentas auxiliares;

e) equipamentos auxiliares;

f) responsável técnico habilitado;

g) fiscalização;

h) condições de recebimento do poço.

2.2 Atividades necessárias

A construção de poço para captação de água subterrânea compreende as seguintes atividades:

a) preparação do canteiro de obra:

- acesso, serviços de terraplenagem, encascalhamento e confecção de bases;
- instalação da perfuratriz e dos equipamentos auxiliares;
- disposição dos materiais;
- instalações diversas;

b) perfuração:

- perfuração inicial para colocação do tubo de proteção sanitária (tubo de boca);
- execução de furo-piloto ou furo-guia;

Comissão Permanente de Licitações do SAAE
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância(SE)
Fone: (79) 3522-1204 ou 3522-2063, email: cpl.saae@estancia.se.gov.br, site:
www.saae.estancia.se.gov.br

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- amostragem;
- perfuração nos diâmetros e profundidades projetados;
- verificação dos parâmetros da perfuração;
- verificação das condições hidráulicas do fluido de perfuração;
- c) dimensionamento da coluna de tubos lisos e filtros:
 - elaboração do perfil litológico com base no exame e descrição das amostras;
 - execução e interpretação de perfilagens elétricas e radioativas, de diâmetros, de densidade, sônicas, laterais e outras;
 - elaboração do perfil de penetração;
 - correlação entre vários perfis para montagem do perfil composto;
- d) dimensionamento de pré-filtro:
 - análise granulométrica de amostras representativas;
- e) colocação da coluna de tubos lisos e filtros;
- f) colocação do pré-filtro;
- g) desenvolvimento;
- h) execução de testes de bombeamento;
- i) coleta de água para análise;
- j) serviços e obras complementares:
 - cimentação;
 - desinfecção;
 - construção de laje de proteção sanitária;
 - tampa;
- l) elaboração do relatório final.

3. Condições gerais

3.1 Serviços preliminares

3.1.1 O local de perfuração deve ser devidamente preparado para instalação de perfuratriz e seus acessórios, bem como para a construção das obras temporárias, como reservatórios de lama e água, valetas de escoamento, etc.

3.1.2 A disposição dos materiais e equipamentos deve obedecer ao critério de organização e praticidade, de modo a não prejudicar nenhuma das fases da obra.

3.1.3 Medidas gerais de proteção e segurança devem ser adotadas para evitar acidentes pessoais na área de serviço.

3.1.4 Em local conveniente, deve ser instalada a infraestrutura necessária - vestiário, refeitório, sanitário e água potável - de modo a assegurar ao pessoal da obra condições de descanso e higiene compatíveis com a natureza dos serviços.

3.2 Perfuração

3.2.1 O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.

3.2.2 Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco do construtor.

3.2.3 A perfuração deve ser efetuada nos diâmetros e profundidades estabelecidos no projeto executivo do poço (ver NBR 12212).

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

3.2.4 Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só pode ser efetivada mediante autorização do contratante, baseada em parecer técnico da fiscalização.

3.2.5 A perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.

3.2.6 A amostragem do material perfurado deve ser feita de 2,0m em 2,0m e a cada mudança de litologia.

3.2.7 As amostras coletadas devem ser secas e dispostas em ordem crescente de perfuração, em caixas numeradas com os respectivos intervalos de profundidade.

3.2.8 Uma vez examinadas pela fiscalização, as amostras devem ser acondicionadas em sacos plásticos etiquetados ou em vidros rotulados com as seguintes informações: intervalo de profundidade e identificação do poço.

3.2.9 As amostras selecionadas para análise granulométrica, pesando no mínimo 1,0kg, devem ser enviadas ao laboratório, que deve fornecer a curva granulométrica de cada uma delas.

3.2.10 A lama de perfuração nos poços perfurados pelo método rotativo com circulação direta deve ter seus parâmetros físicos e químicos controlados durante os trabalhos, a fim de evitar danos ao aquífero e facilitar a limpeza do poço.

3.2.11 A lama de perfuração, salvo em situações especiais, deve ser mantida com os seguintes parâmetros:

- a) densidade: entre 1,04 e 1,14;
- b) viscosidade aparente: entre 35s e 60s Marsh;
- c) conteúdo de areia: inferior a 3%, em volume;
- d) pH: entre 7,0 e 9,5;
- e) filtrado abaixo de 15cm³.

3.2.12 É proibido, no preparo da lama de perfuração, empregar aditivos como óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.

3.2.13 Durante os trabalhos, o construtor deve manter na obra um registro diário de perfuração, atualizado, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) diâmetros da perfuração executada;
- b) metros perfurados e profundidade total do poço no fim da jornada de trabalho;
- c) material perfurado e avanço da penetração;
- d) profundidade do nível de água no início e no fim da jornada de trabalho.

3.2.14 Concluída a perfuração, deve-se proceder, na presença da fiscalização, à medição exata da profundidade do poço.

3.2.15 Com base na descrição das amostras coletadas, nas informações do diário de perfuração e nos registros dos perfis corridos, deve ser montado o perfil composto, definindo a posição dos intervalos ou zonas aquíferas.

3.3 Colocações da coluna de tubos, filtros e pré-filtro.

3.3.1 As determinações da abertura das ranhuras dos filtros e da granulometria do material de pré-filtro devem ser feitas a partir das curvas granulométricas das amostras selecionadas na perfuração.

3.3.2 A coluna de tubos, filtros e pré-filtro deve ter seu dimensionamento definitivo estabelecido mediante o ajustamento das especificações dos materiais às características reais encontradas na perfuração.

3.3.3 A colocação da coluna de tubos e filtros deve evitar deformações ou ruptura do material que possam comprometer a sua finalidade ou dificultar a introdução de equipamentos.

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

3.3.4 Ao longo da coluna de tubos e filtros, devem ser usadas guias centralizadoras, de modo a mantê-la centralizada e assegurar a posterior colocação de pré-filtro.

3.3.5 As juntas e conexões dos tubos de revestimento devem ser perfeitamente estanques.

3.3.6 A extremidade inferior da coluna de tubos e filtros deve ser obturada por meio de peça apropriada ou de cimentação do fundo do poço, salvo se ancorada em rocha dura.

3.3.7 A colocação do pré-filtro, quando requerida no programa construtivo do poço, deve ser feita paulatinamente, de modo a formar anel cilíndrico contínuo entre a parede de perfuração e a coluna de tubos e filtros.

3.3.8 O método de colocação do material do pré-filtro deve ser por bombeamento com fluido.

3.3.9 A complementação do nível do pré-filtro deve ser assegurada durante o desenvolvimento do poço.

3.4 Desenvolvimento

3.4.1 Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

3.4.2 O desenvolvimento deve ser efetuado através da combinação de métodos escolhidos de conformidade com as características do aquífero.

3.4.3 Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.

3.4.4 Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.

3.5 Disposições gerais

3.5.1 Todo poço deve ser construído por empresa habilitada, sob responsabilidade técnica de profissional de nível superior, devidamente credenciado junto ao CREA, com a ART da obra, e com base em projeto executivo

3.5.2 O construtor deve oferecer cronograma físico da obra, com previsão de início das seguintes fases:

- a) perfuração, perfilagem;
- b) colocação dos tubos, filtros e pré-filtro;
- c) desenvolvimento e limpeza;
- d) testes.

3.5.2.1 Nenhuma destas fases pode ser efetivada sem a presença ou o conhecimento prévio da fiscalização.

3.5.3 A quantidade máxima de areia permissível em água de poço é de 10g/m³.

3.5.4 Concluído o poço, o construtor deve encaminhar ao contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.

3.5.4.1 O relatório deve conter os seguintes elementos:

- a) nome do proprietário;
- b) localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
- c) cota do terreno;
- d) método de perfuração e equipamentos utilizados;
- e) perfil litológico e profundidade final;
- f) perfil composto;
- g) materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
- h) cimentações (indicação dos trechos cimentados);

Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

- i) planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados; NBR 12244/1992 5
- j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
- k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
- l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado.

3.5.5 Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfectado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

4 Condições específicas

4.1 Teste de bombeamento e recuperação

4.1.1 Concluída a construção, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explotável do poço.

4.1.2 O construtor deve dispor de equipamentos necessários para garantir a continuidade da operação durante o período de teste.

4.1.3 O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.

4.1.4 Na instalação do equipamento de bombeamento no poço, deve-se colocar uma tubulação auxiliar, destinada a medir os níveis de água.

4.1.5 Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.

4.1.6 As medições de nível de água no poço devem ser feitas com medidor que permita leituras com precisão centimétrica.

4.1.7 Na determinação da vazão bombeada, devem ser empregados dispositivos que assegurem facilidade e precisão na medição. Para vazões de até 40m³/h, devem ser empregados recipientes de volume aferido. Vazões acima de 40m³/h devem ser determinadas por meio de sistemas contínuos de medida, tais como vertedores, orifício calibrado, tubo Venturi e outros.

4.1.8 A tubulação de descarga da água deve ser dotada de válvula de regulagem sensível e de fácil manejo, permitindo controlar e manter constante a vazão em diversos regimes de bombeamento.

4.1.9 O lançamento da água extraída deve ser feito a uma distância do poço determinada no projeto, que não interfira nos resultados dos testes.

4.1.10 As medidas de nível de água no poço, durante o bombeamento, devem ser efetuadas nas seguintes frequências de tempos, a partir do início do teste.

Período (min)	Intervalo de leitura (min)
0 - 10	1
10 – 20	2
20 - 50	5
50 – 100	10
100 - 500	30
500 – 1000	60
1000 - em diante	100

4.1.11 O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

4.1.12 Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.

4.1.13 No teste de recuperação, a frequência dos tempos de medida do nível de água no poço deve ser idêntica à do teste de bombeamento.

4.1.14 O teste de produção escalonado deve ser efetuado em etapas de mesma duração, com vazões progressivas, em regime contínuo de bombeamento, mantida a vazão constante em cada etapa. A passagem de uma etapa à outra deve ser feita de forma instantânea, sem interrupção do bombeamento.

4.1.15 O plano de teste deve prever escalonamento de vazões com percentuais da vazão máxima, conforme projeto.

4.1.16 As medidas de vazão devem ser efetuadas em correspondência com as do nível de água.

4.1.17 Em casos de vazão inferior a 5m³/h, o teste final de bombeamento deve manter vazão constante, com a condição de que tenha duração total não inferior a 24h, assegurada a estabilização do nível dinâmico durante o mínimo de 4h.

5. Serviços e obras complementares

5.1 Teste de alinhamento

A verificação do alinhamento deve ser feita mediante a introdução de gabarito visando à utilização do equipamento de exploração para a vazão projetada.

5.2 Teste de verticalidade

A medida de verticalidade deve ser feita por dispositivos aprovados pela fiscalização. As leituras dos desvios devem ser tomadas de maneira a permitir o traçado do perfil geométrico do poço.

5.3 Cimentação

5.3.1 O processo de cimentação de qualquer espaço anular deve ser feito numa operação contínua.

5.3.2 Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anular entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.

5.3.3 O material utilizado na cimentação, em situações normais, deve ser constituído de calda de cimento.

5.3.4 Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).

5.4 Laje de proteção

5.4.1 Concluídos todos os serviços no poço, deve ser construída uma laje de concreto, fundida no local, envolvendo o tubo de revestimento.

5.4.2 A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.

5.5 Coleta de água para análise

5.5.1 A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.

5.5.2 Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.

5.5.3 A amostra para análise físico-química deve ser coletada quando do teste de bombeamento, com volume mínimo de 3L, em recipiente lavado com água deste. O prazo entre a coleta e a entrega da amostra no laboratório não deve exceder 24h.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Estância – SAAE
Comissão Permanente de Licitações
Edital da Tomada de Preços nº 01/2018

5.6 Desinfecção

5.6.1 A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.

5.6.2 Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.

5.6.3 Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo à desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

5.7 Tampa

Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.

Eng.^a Sarah Maria Dias Oliveira
Crea 2715835930
SAAE de Estância – Diretora Técnica.